

## **As relações entre o Império Carolíngio e o cristianismo nos séculos VIII e IX no Ocidente Medieval: elementos da análise historiográfica**

Luís Fernando Pessoa Alexandre

Universidade Estadual de Maringá, UEM, PR

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a natureza das relações estabelecidas entre o poder político carolíngio e a religião cristã ao longo dos séculos VIII e IX para demonstrar como o cristianismo atuou no processo de formação das mentalidades da época e como influenciou na formação de conceitos políticos adotados, posteriormente em um contexto feudal.

Enfoco neste trabalho as influências da cultura cristã e da hierarquia eclesiástica na condução dos assuntos temporais (políticos, administrativos) por parte dos líderes carolíngios Carlos Magno (742-814) e seu filho Luís, o Piedoso (778-840). Considero que tal enfoque nos proporciona uma interessante reflexão sobre o processo de formação cultural do Ocidente e suas relações com o estabelecimento das estruturas políticas.

### INFLUÊNCIAS CRISTÃS NO GOVERNO DE CARLOS MAGNO

Alguns medievalistas analisaram a influência da cultura cristã na no conjunto das relações políticas e culturais do Império Carolíngio, especialmente no período que concerne ao governo de Carlos Magno. Thomas Woods Jr., por exemplo, referiu-se ao imperador carolíngio como *pai* da Europa e afirmou que após a fragmentação do Império romano ele e os homens altamente cultos do Ocidente de então foram os responsáveis pelo nascimento de uma ordem política de traços nitidamente cristãos e também caracterizada pela busca da

10.4025/6cih.pphuem.508

excelência no campo da cultura. Segundo Woods Jr, a Europa pós-imperial (após o século V) estava dividida em uma verdadeira “*colcha de retalhos de reinos bárbaros*”(WOODS JR., 2012, p.13) e que os líderes da Igreja Católica assumiram a responsabilidade de “*restabelecer os alicerces da civilização*”(idem, lb.). Quanto a Carlos Magno o autor afirma que “*embora não estivesse completamente livre dos resquícios bárbaros, estava ao menos tão persuadido da beleza, verdade e superioridade da religião católica que fez todo o possível para construir sobre ela a nova Europa pós-imperial*” (idem, lb.).

Louis Halphen também verificou que o fortalecimento do Império carolíngio esteve relacionado à Igreja. Para o medievalista francês a cristandade em formação influenciou de modo poderoso e constante os caminhos daquela sociedade. Ele afirma, por exemplo, que Carlos Magno tinha por hábito ler a Bíblia com muita freqüência e que seu exemplo era seguido pelos membros da corte (HALPHEN, 1992). Era dos textos bíblicos “*cuya lectura alimentaba al emperador y a suas colaboradores*” (HALPHEN, 1992, p.177) que o imperador dos francos tirava a inspiração para o que acreditava ser o bom governo. Com a influência de muitos religiosos na corte, ele e sua família estiveram envolvidos com um ambiente político de traços fortemente cristãos; Halphen acredita que Carlos Magno “*se creía, pues, investido de um verdadero sacerdocio*” (Idem, lb.) e que, assim como os antigos reis bíblicos, “*su preocupación dominante, reiterémoslo, era conducir a sus súbditos por el camino del bien y en torno a este pensamiento dispone en gran parte su acción*” (HALPHEN, 1992, p.177).

O autor afirma que o líder carolíngio estava convencido de que apenas conseguiria o auxílio de Deus na medida em que soubesse “*conservar y aún fortificar los sentimientos cristianos de su pueblo*” (idem, lb.) e na medida em que servisse à causa da religião de modo a alcançar “*aquella felicidad eterna que está prometida a los príncipes y a los pueblos que han cumplido en la tierra la voluntad del Señor*” (idem, lb.).

10.4025/6cih.pphuem.508

Roger Collins (2000) destacou a preocupação que Carlos Magno e líderes da hierarquia eclesiástica tiveram em incrementar na corte os conhecimentos sobre a doutrina católica, a sofisticação dos trabalhos de liturgia. Collins afirma que os líderes culturais carolíngios, como Alcuíno e Teodulfo, por exemplo, contribuíam para a formação teológica do rei, para a alfabetização do clero e instituição de *“normas generales em temas como la educación gramatical, la liturgia, la ley canónica y, posteriormente, la observancia monástica.”* (COLLINS, 2000, p. 382).

Alcuíno (735-804), monge, sacerdote católico e professor que ajudou Carlos Magno na tarefa de educação da corte e da Igreja, desejava que a inspiração cristã do conhecimento levasse os francos a superar os gregos e os romanos. Ele dizia que se muitos se deixarem contagiar por essa aspiração, *“criar-se-á na França uma nova Atenas mais refinada que a antiga, porque, enobrecida pelos ensinamentos de Cristo, superará toda a sabedoria da Academia”* (Alcuíno apud WOODS JR., 2012, p.21); e ainda afirma que os antigos gregos e romanos tiveram por mestres as disciplinas de Platão inspiradas nas sete artes liberais, mas, *“os nossos estarão dotados também com os sete dons do Espírito Santo e superarão em brilho toda a dignidade da sabedoria secular.”*(Idem, lb.).

Teodulfo (750 ? – 821), nomeado por Carlos Magno (794) bispo de Orleans e *missi dominici* da Septimania e ao sul dos Pireneus era amigo de Alcuíno e compartilhava da mesma paixão de Alcuíno. Teodulfo acreditava que seria possível expandir o ensino na sociedade carolíngia; dizia que *“nas aldeias e nas cidades os sacerdotes devem abrir escolas.”* (TEODULFO apud WOODS JR., 2012, P.21). Ele afirma que *“se alguns dos fiéis lhes confiar os seus filhos para que aprendam letras, não devem recusar-se a instruir esses pupilos com absoluta clareza, usando de toda a caridade [...]”*(TEODULFO apud WOODS JR., 2012, P.21). Ainda declara que os religiosos que resolverem mesmo abrir escolas e nelas ministrar aulas *“desempenharão essa tarefa sem lhes pedir nenhum pagamento e, se receberem alguma coisa, que sejam apenas pequenos presentes oferecidos pelos pais”*. (idem, lb.).

10.4025/6cih.pphuem.508

O conceito de trabalho desenvolvido por Teodulfo é também cristão. Para ele os homens deveriam trabalhar para prover o seu sustento, para prosperar, mas não poderiam se esquecer de que todo o trabalho é um dom de Deus. Ademais, o trabalho mortifica o corpo e fortalece o espírito, aproximando as pessoas um pouco mais do Criador. Mas importante do que os bens materiais auferidos por meio do trabalho seriam os benefícios de ordem espiritual concedidos por Deus aos homens. Ele lembra aos seus contemporâneos que *“aqueles que se entregam aos negócios e à mercadoria (...) não devem desejar os lucros terrestres mais que a vida eterna...”* (TEODULFO apud LE GOFF, 1995, p. 273); exemplo que deveria ser seguido por *“aqueles que praticam o trabalho dos campos e os outros labores destinados à obtenção dos alimentos, do vestuário e das outras necessidades”* (idem, IB.), o quais, segundo o bispo, *“deveriam dar dízimos e esmolas, assim como aqueles que fazem comércio devem fazer o mesmo”*(idem, lb.). Fechando o seu raciocínio Teodulfo sentencia que Deus teria dado a cada individuo *“um ofício para que dele viva, e cada um deve do seu ofício, que lhe dá o que é necessário ao seu corpo, tirar também auxílio para a alma, que é ainda mais necessário”* (idem, lb.).

Há, portanto, uma série de influências da cultura cristã no governo carolíngio, especialmente durante o período de Carlos Magno. Os historiadores destacam a presença de tais contribuições de ordem espiritual no campo dos afazeres temporais e no campo da própria cultura, como é possível observar. É necessário, pois, compreender as características dessa proximidade entre os elementos temporais e religiosos no período que aqui interessa.

## BREVE DISCUSSÃO SOBRE O SIGNIFICADO E O ALCANCE DAS INFLUÊNCIAS CRISTÃS NO GOVERNO CAROLÍNGIO

Um primeiro posicionamento sobre esse assunto nos parece vir do historiador Henri Pirenne (1970). Para ele, Carlos Magno e sua corte

10.4025/6cih.pphuem.508

permitiram que a Igreja influenciasse fortemente o seu governo e sua própria vida pessoal porque pensava que poderia tirar vantagens políticas de tal aproximação. A sua coroação em 800 por Leão III assinala, para Pirenne, muito mais um casamento de interesses políticos e religiosos do que a transformação do líder franco em um legítimo e sincero protetor da Igreja Católica. Assim, seria difícil acreditar que o outrora bárbaro pensasse mesmo em assumir uma responsabilidade sacerdotal pelo governo e pela Igreja (PIRENNE, 1970).

Henri Pirenne não vê nos líderes religiosos que cercavam Carlos Magno representantes de um possível renascimento cultural em solo carolíngio pois os avanços culturais presentes na corte coincidem com o analfabetismo dos laicos (Idem, lb.). Estes, segundo o autor, “*sabem ler e escrever no tempo dos Merovíngios; não o sabem já no tempo dos Carolíngios*” (PIRENNE, 1970, p.246); e afirma que “*o soberano que promoveu e sustentou este movimento, Carlos Magno, tal como seu pai, Pepino-o-Breve, não sabia escrever*”(idem, lb.). Pirenne acredita que “*não temos de dar importância às veleidades que ele teve em espalhar esta cultura na sua corte e entre a sua família*” (idem, lb.).

Roger Collins postula que não deveríamos levar muito a sério o fenômeno cultural e religioso que alguns historiadores chamaram de *Renascimento Carolíngio* (COLLINS, 2000). Segundo o autor, boa parte da cultura desenvolvida naquela época não era original, tendo boa parte dela manifestado-se no final do Império Romano. Collins nos diz que “*en estos aspectos sus logros fueron muy inferiores a los de la sociedad árabe em los siglos IX y X*” (COLLINS, 2000, P.380) e que o nível de conhecimento da primeira fase do reinado de Carlos oferecia pouco mais do que os fundamentos da educação primária já vistos no Baixo Império Romano. O objetivo desta educação era “*mejorar los conocimientos del clero em lugar de dirigir-se a sectores más amplios de la sociedad laica*” (Idem, lb.) e era o reflexo do próprio objetivo de Carlos Magno: instituir um regime político que mesclasse elementos culturais romanos e merovíngios.

10.4025/6cih.pphuem.508

No livro *A Civilização do Ocidente Medieval* (1995) Jacques Le Goff destacou a relação entre os elementos culturais germânicos e os romanos presentes na aliança entre carolíngios e Igreja Católica no Ocidente. Ele também afirma que existem elementos de certo hibridismo no mundo carolíngio que evocam um duplo passado, germânico e romano. Logo no início do livro ele já destaca que um dos aspectos da discussão historiográfica a respeito das relações entre o sacerdócio católico e os guerreiros francos reside nas complexas situações provocadas pela fragmentação do Império Romano e conseqüente estabelecimento dos primeiros reinos germânicos. Segundo ele “o *Ocidente Medieval nasceu sobre as ruínas do mundo romano. Nelas encontrou, ao mesmo tempo, apoios e desvantagens. Roma foi o seu alimento e foi a sua paralisia*” (LE GOFF, 1995, p.27) e, páginas adiante o autor complementa esta afirmação dizendo que o mundo medieval resulta do “*encontro e da fusão de dois mundos que iam evoluindo um para o outro, de uma convergência das estruturas romanas e das estruturas bárbaras em transformação*” (idem, lb.). No livro *Raízes Medievais da Europa* (2007) ele escreveu que “*herança romana é muito mais rica [no caso, do que a grega]. E a Europa Medieval saiu direto do Império Romano*” (LE GOFF, 2007, P.24) e que todas as outras partes da Europa “*se beneficiarão, em grau menor, dessa cultura latina, particularmente nas universidades, na Igreja, na teologia, no vocabulário científico e filosófico*” (Idem, lb.). É inegável a presença da cultura romana no Ocidente Medieval, especialmente na formação política e cultural dos francos.

Entre o clero católico e os carolíngios encontramos já no século VIII uma grande aproximação de interesses que, de certo modo, justificam a sua mútua proteção e conseqüente fortalecimento segundo os imperativos também de uma aproximação de ordem cultural entre elementos cristãos latinos e germânicos no conjunto da sociedade carolíngia.

A proximidade entre francos e a hierarquia católica vem desde os tempos da conversão do rei Clóvis em 496. Segundo Le Goff a “*grande esperteza de Clóvis esteve na conversão, dele e de todo o seu povo, não ao*

10.4025/6cih.pphuem.508

*arianismo, como no caso dos outros reis bárbaros, mas ao catolicismo*” (LE GOFF, 1995, P.47). Com o seu batismo Clóvis conseguiu apoio e proteção do papado, da hierarquia eclesiástica e do poderoso monaquismo. Já no século VI, os francos conquistaram, entre 523 e 534, o reino dos Burgúndios e, em 536, a Provença.

Na *Lettre de Saint Avit à Clovis*, que trata do batismo de Clóvis, encontramos interessante descrição do rei franco como um grande líder político no Ocidente e protetor da Igreja Católica (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000). Dentre os excertos da carta encontramos mensagens extremamente honrosas à figura real dignificando-o pelo fato de ter se decidido pelo batismo e por ter negado as suas ancestrais tradições pagãs. Santo Avito, o autor da carta, saúda o novo monarca converso pelo poder que ele tem de, através do próprio exemplo, fazer milhares de novos fiéis em seu reino. O tom laudatório contempla passagens como esta: “*A Providência Divina descobriu o árbitro de nosso tempo. A escolha que haveis feito por vós mesmo é válida para todos. Vossa fé é nossa vitória.*”( *Lettre de Saint Avit à Clovis* In: M.G.H. Auctores Antiquissimi, In: CALMETE *apud* PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, P.46). Avito também comenta o bom exemplo de Clóvis ao renunciar ao paganismo de sua genealogia franca : “*de toda vossa antiga genealogia, vós não quisestes reter outra coisa que vossa nobreza*”, fazendo assim com que a sua descendência “*fizesse começar em vós todas as glórias que ornam uma alta origem*”, e professa que “*vós marchais sobre a trilha de vossos ancestrais governando aqui, vós abris a estrada a vossos descendentes querendo reinar no céu*”(idem,lb.).

As partilhas e rivalidades entre os descendentes de Clóvis acabaram como que atrasando um pouco o desenvolvimento dos francos, que por volta do século VIII quase chegaram à desagregação em função da decadência da dinastia merovíngia (LE GOFF, 1995). Por este período os francos não eram os únicos católicos do Ocidente. Os visigodos e os lombardos abandonaram o arianismo pelo catolicismo; o papa Gregório Magno (590-604) começou o processo de conversões entre os anglo-saxões, trabalho este confiado ao

10.4025/6cih.pphuem.508

monge Agostinho e seus amigos; e “*graças a Wilibrod e Bonifácio, a primeira metade do século VIII viu o cristianismo penetrar na Frísia e na Germânia*” (LE GOFF, 1995, P.48).

Naquele momento o clero reformou-se sob a direção de Bonifácio e a “*jovem e empreendedora dinastia dos carolíngios substituía a desvitalizada dinastia merovíngia*” (idem, lb.). Os francos pareciam aproveitar a expansão da cristandade para fortalecer também o seu próprio reino.

Foi Pepino, o Breve, filho de Carlos Martel, o homem que deu o passo decisivo para garantir todo o alcance à chefia católica dos francos. Foi ele que fez uma aliança com o papa, a qual favorecia ambas as partes. Segundo ainda afirma a historiografia – inclusive Jacques Le Goff – foi por esse acordo que nasceu o Estado pontifical ou o Patrimônio de São Pedro: entre 756 e 760 a chancelaria pontifical teria forjado um documento que, conforme dizia-se, fora lavrado pelo imperador romano Constantino com o intuito de doar uma pequena parte do território italiano para o estabelecimento da Santa Sé. Esta “falsificação” acabaria “*fundando o poder temporal do papado, que viria a desempenhar tão importante papel na história política e moral do Ocidente medieval*” (LE GOFF, 1995, P.48). Como contrapartida, o papa reconheceria a Pepino o título de rei em 751 e o sagraria em 754 no mesmo ano em que nasceu o Estado pontifical. Assim lançaram-se as bases que, em meio século, permitiriam à monarquia carolíngia “*reunir sob seu domínio a maior parte do Ocidente cristão e, a seguir, restaurar em seu proveito o império do Ocidente*” (Idem, lb.).

Le Goff afirma que entre a morte de Teodósio (395), imperador romano, e a coroação de Carlos Magno (800), “*nascera no Ocidente um mundo novo, lentamente surgido da fusão do mundo romano com o mundo bárbaro. Tomara corpo a Idade Média Ocidental*” (idem, lb.).

Jerôme Baschet, em seu livro *A Civilização Feudal: do Ano Mil à Colonização da América* (2006) destacou também a importância da coroação de Carlos Magno para o Ocidente e o que esse acontecimento significou para

10.4025/6cih.pphuem.508

as lideranças bizantinas. Segundo ele, a coroação foi “uma nova etapa”, diz ele, da *“autonomização do Ocidente, mas, a rebelião é tão inaceitável para Bizâncio que Carlos Magno deve, finalmente, conceder um acordo pelo qual renuncia ao título de imperator Romanorum”* (BASCHET, 2006, P.94), o qual identificaria Carlos Magno como Senhor de Constantinopla, *“ao mesmo tempo em que é estabelecida a ideia de dois impérios irmãos, procedendo-se a uma partilha territorial de sua missão em comum”* (idem, lb.)

Le Goff acredita que com a coroação de Carlos Magno em 800 houve o restabelecimento do Império Romano no Ocidente e que essa ideia partira do sumo pontífice que o coroou, e não dele (LE GOFF, 1995). Ele afirma que o papa Leão III *“viu uma tripla vantagem em dar a Carlos Magno a coroa imperial”* (LE GOFF, 1995, P.69). O pontífice foi preso e perseguido pelos seus inimigos em Roma e *“necessitava de ver a sua autoridade restaurada, de facto e de direito, por alguém cuja autoridade a todos se impusesse sem contestação: por um imperador.”* (idem, lb.)

Sob o governo de Carlos Magno e também sob o de seu filho e sucessor Luís, o Piedoso, há uma combinação de elementos romanos e merovíngios também na administração pública, como o reconhecem os medievalistas. Os dois líderes carolíngios tiveram a preocupação de administrar com eficácia o vasto espaço de seus domínios, bem no coração da Europa. *“Se os grandes oficiais”,* diz Le Goff, *“conselheiros e secretários que compunham a corte do soberano eram, com pequenas diferenças, os mesmo que sob os merovíngios, eram, porém, em maior número e (...) mais instruídos”.* (LE GOFF, 1995, P.70). Mesmo que os atos imperiais fossem eminentemente orais, a escrita foi muito estimulada; e um dos principais objetivos daquilo que alguns autores chamaram de renascimento cultural – como discutem Pirenne e Collins, por exemplo – foi aperfeiçoar, segundo o autor, os conhecimentos profissionais dos funcionários reais. Carlos Magno sempre se esforçou para que a sua autoridade fosse sentida *“em todo o reino franco aperfeiçoando os textos administrativos e legislativos e multiplicando os enviados pessoais, ou seja, os representantes do poder central.”* (idem, lb.)

10.4025/6cih.pphuem.508

A administração carolíngia fez-se presente através das capitulares ou ordenações. Tais documentos poderiam ser particulares, para uma região, como as Capitulares dos Saxões, ou gerais, como as de Herstal sobre a questão da reorganização do Estado (779), a *De villis*, a respeito da administração dos domínios reais, a *De litteris colendis*, sobre a reforma da instrução (LE GOFF, 1995). O “instrumento humano”, como escreve Le Goff, compunha-se pelos chamados *missi dominici*, que eram grandes funcionários laicos e religiosos enviados em caráter de missão pelo período de um ano, para fiscalizar os delegados do soberano – os condes, e, nas fronteiras, os marqueses ou os duques – ou a reorganizar a administração. No topo da burocracia existia uma assembléia geral que se reunia em todos os anos, no fim do inverno, e que contava com figuras importantes da aristocracia eclesiástica e laica do reino. Como afirma o autor, esse tipo de parlamento aristocrático não tendeu a incrementar o poder do soberano, como podemos imaginar. Na verdade, tal parlamento, “*que garantia a Carlos Magno a obediência de seus súbditos, viria, pelo contrário, a impor aos seus fracos sucessores a vontade dos grandes do reino*”. (idem, p.71).

## O IDEAL CRISTÃO DE GOVERNO E A FRAGMENTAÇÃO DO PODER CAROLÍNGIO

Aquilo que Jacques Le Goff chamou de “grandiosa construção carolíngia”, iria desagregar-se rapidamente ao longo do século IX sob força dos ataques conjugados de inimigos exteriores – vikings, por exemplo – e de agentes de fragmentação internos – especialmente após a “partilha” do império feita por Luís, o Piedoso, aos seus três filhos no ano de 843. A partir desse ponto podemos considerar que temos, em processo de maturação, elementos de um regime feudal.

As influências cristãs na formação do Ocidente europeu como um domínio cultural e político comum são evidentes apesar das diferenças de

10.4025/6cih.pphuem.508

posicionamentos entre os historiadores, como entre Pirenne e Halphen, por exemplo. Luís, chamado de O Piedoso, ou O Pio, encarnou o ideal de vida monacal, como analisa Halphen (1992). Assim como o pai, Carlos Magno, Luís acreditava poder conciliar tradições merovíngias e romanas por meio de uma cultura de feições cristãs. No entanto, para o autor, ele foi além de seu pai nesse aspecto, querendo, através do Estado, fazer uma verdadeira reforma moral da sociedade baseada na doutrina católica (HALPHEN, 1992). Luís procurou fazer isso na corte e na sociedade: o pessoal que era de confiança de Carlos Magno foi despedido e em seu lugar colocaram-se homens os quais se supunha estarem unidos ao ideal do novo imperador. É significativo que no topo dessa hierarquia estivesse seu antigo chanceler da Aquitânia, o sacerdote Helisachar, muito conhecido pelos seus conhecimentos em teologia. “*Se trata de um verdadero gobierno de clérigos*”.(HALPHEN, 1992, P.190). Tanto em função do clima geral de austeridade que criou em torno do palácio, como pela eleição de homens dos quais se cerca e as convicções que orientam os seus primeiros atos, Luís, o Piedoso, deixa bem claro qual é a orientação de sua política; enquanto que nos tempos em que seu pai fora imperador a Igreja aparecia como que incorporada ao Estado, “*el nuevo régimen se propone evidentemente desde un principio hacer predominar el pensamiento de la Iglesia sobre la razón de Estado*” (idem, lb.).

A fragmentação do império principalmente após a divisão ocorrida em 843 e sacramentada com o Tratado de Verdun diminuiu muito a força e as perspectivas de expansão do império. Halphen acredita que depois disso, o império que já fora anteriormente fragmentado aos poucos em função da política de lealdade militar e religiosa entre a aristocracia, que levava às doações de terras e criações de cargos importantes no Estado – o que levou também a uma certa “partilha” do mesmo e a diminuição dos poderes de Luís – perdeu ainda mais a sua pouca unidade em função das brigas entre seus três filhos, Luís, Carlos e Lotário. Ademais, a inspiração cristã do governo de Luís, o Piedoso o levava a crer que seu poder deveria ser compartilhado com a Igreja, o que em si já sugere uma fragmentação. Como afirma Halphen, a autoridade

10.4025/6cih.pphuem.508

política comprometera-se ao subordinar-se à lei divina e, além disso, se subordinava *“al cumplimiento de la explicita promesa que debe hacer a sus súbditos de no violar nunca los dictados de la justicia, fundamento de su potestad.”* (HALPHEN, 1992, P.269).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que elementos culturais de origem romano-cristã estiveram presentes na formação do poder político carolíngio especialmente no período que concerne ao governo de Carlos Magno (768-814) e de seu filho e sucessor Luís, o Piedoso (814-840). E, de certo modo, a visão de mundo cristã aplicada por Luís ao seu governo provocou, na prática, uma diminuição de seus próprios poderes políticos. Isso aconteceu por duas razões: por que governava submetido à Igreja e contando com a lealdade – baseada em princípios cristãos e militares - dos poderosos condes e marqueses do império. Ao invés de um poder absoluto tivemos um poder, até certo ponto, compartilhado. O ideal de governo cristão, que se anuncia sob Carlos Magno e busca-se efetivar e estender sob seu sucessor provocou, junto com as invasões normandas do século IX, a fragmentação política tão característica do regime feudal.

Portanto, a cultura cristã que se desenvolve entre os francos desde o batismo de Clóvis no final do século V, atravessa períodos de quase fragmentação no tempo dos merovíngios, atinge de fato um ponto de unidade e poder sem precedentes sob Carlos Magno e Luís, o Piedoso. Para o objetivo que aqui nos importa, cumpre observar que tal cultura também apresenta traços de um hibridismo romano e germânico (franco) e que, sem dúvida, atingiu o campo das relações políticas. Foi muito tênue a relação entre política e religião naquele tempo e, ao longo prazo, ela foi muito importante para a Igreja. Pelo fato de o Império Carolíngio sustentar-se culturalmente na visão cristã de mundo e no mito bíblico – e, portanto, na Igreja Católica – a religião

10.4025/6cih.pphuem.508

se fez mais forte e por isso mesmo continuou, enquanto o império desfez a breve unidade verificada no tempo de Carlos Magno e de Luís, o Piedoso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASCHET, J. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

COLLINS, R. *La Europa de la Alta Edad Media, 300-1000*. Madrid: Akal, 2000.

HALPHEN, L. *Carlomagno y el Imperio Carolingio*. Madrid: Akal, 1992.

LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*. 2ªed., vol.1. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

\_\_\_\_\_. *Raízes Medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

WOODS JR., T. E. *Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental*. São Paulo: Quadrante, 2012.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História Medieval: textos e testemunhas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PIRENNE, H. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.